

32
EDIÇÃO
OUTUBRO, NOVEMBRO E
DEZEMBRO DE 2016

Jornal

Psicologia em Foco

CENSURA DESIGUALDADE BARBARIDADE

10 E 11 SESSÃO ESPECIAL

As políticas que
praticamos no cotidiano

4 JPF ENTREVISTA
JPF entrevista Ana Mercês Bahia Bock

6 E 7 CIDADES DE FREUD - PARTE 2
JPF "viaja" para 10 cidades marcantes
na história de Freud

14 CONEXÕES
Escola sem pensamento

COORDENAÇÃO

Vinicius Romagnolli R. Gomes
(CRP 08/16521)

EDIÇÃO

Toni Trentinalha

REDAÇÃO

Cícero Felix, Eduardo Chieritto (CRP 08/22624), Emily Albuquerque, Ieda Marinho, José Valdecir Grigoletto Netto, Laura Christofolletti, Toni Trentinalha, Thais Koga

REVISÃO

Christian Silva Reis, Luana Ramos Rocha

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Vermelho Panda Estúdio de Design

DIVULGAÇÃO

Amanda Franco, Bruna Maia, Cayla Aparecida de Sousa, Eduardo Chieritto (CRP 08/22624), Fernanda Maysa Borniotto, Lauren Stephani, Thaynara Felipe

IMPRESSÃO

Gráfica O Diário

TIRAGEM

2000 exemplares

**ACESSE NOSSAS MÍDIAS SOCIAIS
PARA RECEBER NOVIDADES E
CONTEÚDOS EXCLUSIVOS**



facebook.com/
psicologiaemfocoinstituto

PUBLIQUE SEU ARTIGO

envie um e-mail para
ipfoficinadosaber@gmail.com

ou entre em nosso site para
maiores informações
institutopsicologiaemfoco.com.br

CARTA AO LEITOR**TONI TRENTINALHA**

Acadêmico do 4º ano de Psicologia na
UniCesumar e membro do Instituto
Psicologia em Foco.

Rebocadores do Volga

Fora em Rei Lear que Shakespeare nos arrastou às profundezas mais ocultas da sina humana. Em suma, quando o rei perde suas riquezas sucumbe, enlouquece e, no pior de sua desventura, capta a verdadeira natureza humana; vive a provação da loucura e, então, encontra a redenção. A obra é considerada uma das mais penetrantes do autor e embora tal redenção soe otimista e um tanto inspiradora, se trata de uma tragédia e foi escrita num período conturbado da coroa inglesa, refletindo o pessimismo da época a respeito do destino.

Temer pela sina, é hoje ainda um dos assuntos mais sofisticados que se pode abordar em reuniões formais e rodas de conversa. No que diz respeito à sina, em “O futuro de uma ilusão”, (que não se trata de uma tragédia), Freud diz que a perplexidade e o desamparo humano não podem ser remediados, e estamos fadados a ser sempre Rebocadores do Volga, em que, uma vez barqueiro do Volga, não há dinheiro que o redima ou o compense, e nem ordenado que o lave, ou que o purifique.

As faltazinhas se deixam ver nos furos dos andrajos; mas as togas e as peles tudo encobrem, escreveu Shakespeare em Lear, cenário comum e que parecia estar cedendo aos

poucos, culminando na Revolução Francesa de 1789, que pôs fim a tantos pressupostos tomados por verdadeiros durante séculos, quiçá milênios... Será? Bom, para não soar mais tão antediluviano, o JPF faz uma leitura mais atual da natureza humana, posta em políticas atuais.

Boa leitura...



Rebocadores de Volga
Ilya Repin (1870-1873)

QUEM SOMOS NÓS?

Somos o Instituto Psicologia em Foco, e atuamos em busca de promover a troca de saberes em um espaço inovador. Contemplamos dois projetos: Jornal Psicologia em Foco (JPF) e Oficina do Saber.

Criado em 2010, o JPF busca viabilizar um espaço para produção científica de acadêmicos e profissionais da Psicologia, bem como para promoção e divulgação de eventos relacionados a esse saber. O jornal possui uma tiragem trimestral de 2.000 exempla-

res com distribuição gratuita nas principais instituições de ensino superior de Maringá e região, assim como para assinantes em clínicas de saúde, empresas e parceiros.

Criada em 2011, a Oficina do Saber acontece de março a meados de dezembro, e se dispõe a viabilizar um espaço enriquecedor de troca de saberes, buscando preservar a cultura a partir de um conhecimento sem dogmas e com uma linguagem acessível e rigorosa.



CINEMA

Adeus, Lênin!



THAÍS KOGA
Graduada em Jornalismo, acadêmica do 3º ano de Psicologia na UniCesumar e membro do Instituto Psicologia em Foco.

Considerado por muitos o fim de uma utopia, a queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, conduziu à reunificação da Alemanha, mas também desencadeou uma série de consequências, alterando a conjuntura global estabelecida após a Segunda Guerra Mundial. Um dos maiores símbolos da Guerra Fria, retratado pela disputa política, econômica e militar entre Estados Unidos e URSS, o Muro de Berlim dividia o território alemão em dois blocos. O lado oriental, representado pela República Democrática da Alemanha (RDA), era administrado sob regime socialista e o lado ocidental era governado por um regime capitalista pela República Federal da Alemanha (RFA).

É a partir deste contexto que a narrativa de Adeus, Lênin! (2003) se desenvolve. Mais do que retratar um período histórico, a comédia dramática dirigida por Wolfgang Becker apresenta uma história contada de forma sensível e didática, contrapondo os acontecimentos diários decorrentes da queda do Muro de Berlim com o delicado relacionamento familiar, caracterizado principalmente entre Christiane Kerner (Katrin Sass) e seu filho Alexander (Daniel Brühl).

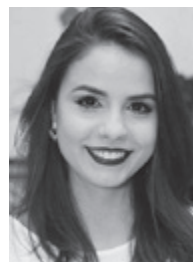
No início, o filme já demonstra a importância que a ideologia da RDA tem para Christine, evidenciada após o abandono do marido e a percepção de estar casada



com a Pátria Socialista. Quando presencia Alex em uma manifestação, ela sofre um colapso e entra em coma por oito meses, despertando após a queda do Muro de Berlim. No entanto, Christine não pode se estressar ou vivenciar qualquer tipo de excitação. Alex encontra-se em um dilema: como contar à mãe a unificação das Alemanhas e que tudo o que ela acreditava estava se dissolvendo no ar sem prejudicar ainda mais o seu fragilizado estado de saúde. Ele opta, então, por mascarar os fatos e manter o socialismo vivo dentro do apartamento. Para criar e manter esta realidade fantasiada, Alex convence a irmã e as pessoas próximas a vivenciarem os costumes e crenças antigos: troca as embalagens de comida industrializada e produz documentários e noticiários para que a mãe não descubra a verdade.

Além de acompanhar a ocidentalização e a disseminação do capitalismo na Alemanha oriental com a percepção de um futuro incerto, mas promissor, o que chama a atenção em Adeus, Lênin! é como o plano de Alex ganha vida própria. Ele recria o ambiente antes da reunificação, entretanto, a RDA que reconstrói para Christine, acaba sendo uma releitura do socialismo que ele gostaria de ter vivido. ■

CONEXÕES



Desconfie da ex maluca: a toxicidade dos relacionamentos abusivos

LETÍCIA PAVANI

Letícia Pavani é acadêmica do 2º ano de Psicologia na Unicesumar.

Dentre as diversas facetas de um relacionamento abusivo está o abuso psicológico. E ainda que este tipo de abuso não seja caracterizado pela violência física, a vítima pode ser considerada uma sobrevivente, já que suas consequências são semelhantes às do stress pós-traumático. A manipulação psicológica caracteriza-se pela distorção da realidade pelo abusador – para benefício próprio. O termo gaslighting, que infelizmente não tem um equivalente português, refere-se ao processo em que a vítima tem sua autoconfiança minada por seu cônjuge, culminando até mesmo em uma perda de identidade e desconfiança acerca de sua própria sanidade.

Gaslighting é um termo advindo do filme Gaslight (1944), dirigido por George Cukor. Na trama, o personagem de Charles Boyer provoca diversas situações, tais como acender e apagar as luzes e criar ruídos específicos para, posteriormente, negá-los à sua esposa, interpretada pela atriz Ingrid Bergman. Assim, o intuito do marido, que apresenta características de sociopatia, é convencer os outros e a própria esposa de que ela é louca, utilizando-se da manipulação, e assegurando, desta forma, seu poder.

Foucault relaciona poder à força e concentrou seus estudos principalmente na dinâmica das prisões; e uma relação abusiva é um aprisionamento da alma. O gaslighting é um processo contínuo de manipulação, e a vítima não passará a duvidar de sua sanidade de imediato. Ela inicialmente reagirá às injustiças do abusador e este usará essa reação para dar ainda mais fundamento para suas afirmações. A vítima, diante de várias manipulações, passa a questionar sua própria sanidade, tem sua autoconfiança minada e, com o passar do tempo, ela internalizará a identidade imposta pelo outro e este aprisionamento da alma torna-se cada vez mais impenetrável. O narcisista é extremamente vaidoso, ele tem consciência do que faz e age deliberadamente para assegurar seu controle, tornando o outro cada vez mais suscetível a suas mentiras, e é exatamente esta característica que faz com que ele provoque

intencionalmente a destruição da autoestima e perda de identidade de sua vítima, que se torna submissa a esse vampiro emocional – que se delicia por ser o responsável pela perda de energia de sua vítima.

Não é fácil identificar que se está numa relação abusiva, e qualquer pessoa está sujeita a ser vítima dessa violência. A dificuldade de se perceber dentro de uma relação abusiva está, ainda, diretamente relacionada ao afastamento da vítima de seus amigos e família. Ora, quem desconfiará que seu próprio amado, que está contigo em uma relação, pode ser capaz de lhe provocar mal?

Apesar de acontecer em suas diversas configurações, o gaslighting se dá, em sua maioria, em relacionamentos heterossexuais por conta do lugar hierárquico que o homem precisa assumir na sociedade para ser entendido como homem. Assim, o gaslighting nada mais é que uma relação de poder dentro de uma relação e, por mais difícil que seja aceitar que se está em situação de vítima, este estado não é permanente e não há nada mais prazeroso do que liberdade e autonomia. ■

CHARGE



Rio de Janeiro - Ditadura - 1968
www.documentosrevelados.com.br



Ana Mercês Bahia Bock

Psicóloga, possui graduação em Psicologia (1975), mestrado (1991) e doutorado (1997) em Psicologia Social pela PUC/São Paulo. Atualmente é professora titular da mesma Universidade, onde ministra aulas no curso de graduação em Psicologia e no curso de Pós-Graduação em Psicologia da Educação. Tem várias publicações como organizadora, autora ou coautora. Participa de comissões editoriais de várias revistas na área de Psicologia. Foi presidente do Conselho Federal de Psicologia por três gestões. Preside o Instituto Silvia Lane - Psicologia e Compromisso Social.

JPF: Como você tem visto o cenário político atual? Quais considerações gostaria de fazer a respeito do tema?

BOCK: Acho que vivemos um momento difícil no Brasil. Os últimos governos priorizaram as políticas sociais e hoje temos um retrocesso. Estão em riscos políticas importantes de atendimento e garantia a direitos, políticas estas em que os psicólogos vêm atuando e contribuindo. Saúde, educação, assistência social, habitação, garantia de direitos à população pobre, acessos a serviços dos quais tradicionalmente a população pobre é excluída, tudo isto está em risco. Em risco ainda um movimento, que eu diria cultural, de redução de preconceito e exclusão. Em risco a democracia. Vejo, portanto, o momento atual com muita preocupação. Vivemos um golpe que ainda está armado. A expulsão de Dilma era apenas uma parte disto. Temos que olhar o que vem acontecendo com a Petrobrás, com o SUS, com a Educação, com os projetos e programas sociais, com os direitos dos trabalhadores. Aí vamos entender o que é o golpe!

Sobre as mudanças do atual governo em relação ao SUS, como isso reverbera em programas, como, o PSF (Programa Saúde Da Família), dentre outros?

O SUS está em risco. Há claramente um projeto de privatização em curso. O SUS é talvez o sistema de saúde mais completo do mundo. A garantia da universalidade é uma conquista importante em um país tão desigual como o nosso. O projeto do governo atual põe em risco todas as conquistas. A ideia de que planos de saúde populares são mais interessantes do que o serviço público é uma mentira. A saúde não pode se transformar em mercadoria e em serviço que vise lucro. Não há outra forma de garanti-la pública se não com o Estado se responsabilizando por ela. Parcerias com o serviço privado são possíveis, mas nunca deixando de ser pública. Nós não temos, na verdade, como nos ensina Emir Sader, uma oposição entre público e privado; temos uma oposição entre público de direitos e mercantil. O problema é que estamos sendo tomados por uma onda mercantil. Querem transformar o SUS em negócio rentável!

Sabemos que você coordena um grupo de pesquisa sobre a dimensão subjetiva da desigualdade social. Como a psicologia tem atuado para a diminuição das desigualdades sociais? Quais os recursos disponíveis para isso?

A Psicologia tem atuado em muitas políticas que visam a redução da desigualdade social. São políticas na assistência social (CRAS e CREAS); são políticas de saúde (SUS e programas variados que atendem a muitas demandas da população neste campo, como o programa De Braços Abertos ou NASF); são programas de renda como Bolsa Família; de acesso à Universidade como PROUNI, FIES e Cotas; são programas em direitos humanos, em proteção a testemunhas, em habitação, de acompanhamento de egressos de penitenciárias; de acompanhamento terapêutico de portadores de sofrimento intenso e permanente; na educação contribuindo com o desenvolvimento de programas para melhorar a qualidade da educação e reduzir a distância entre as escolas de pobre e as escolas de ricos; nas emergências e desastres acompanhando comunidades em risco; acompanhando adolescentes em aplicação de medidas sócio educativas. Enfim, a psicologia está em muitos espaços atuando ao lado de muita gente que precisa de apoio para conquistar uma condição de vida digna.

A desigualdade no Brasil tem uma dimensão psicológica ou subjetiva que temos procurado estudar. Não podemos pensar a desigualdade apenas como desigualdade de acesso a bens, ou a processos de exclusão de minorias; é preciso também tomar a dimensão de subjetividade que caracteriza o fenômeno. Os indivíduos se constituem neste mundo desigual e o constituem ao mesmo tempo. Eles produzem significações que pensam os outros como inferiores, de menor valor. Há uma hierarquização nesta sociedade desigual que diz quem vale ou quem não vale. A ralé, como afirma Jessé Souza, é vítima de um processo de desvalorização que precisa ser percebido por todos nós. A desigualdade social é também um fenômeno subjetivo. Há significações que são constituídas que fazem o fenômeno. A Psicologia pode ajudar a dar visibilidade a esta dimensão.

A posição política de um determinado indivíduo pode acarretar em romper laços afetivos em vários contextos e dimensões sociais, tem se visto acontecer muito desse processo na atualidade. Como a psicologia se posiciona quanto a isso?

Pode acarretar e este não é exatamente um problema. Posições políticas precisam ser expressas e debatidas e se isso põe em risco relações, há que se enfrentar com ousadia. É possível discutir política sem perder a ternura (e sem perder os amigos), mas é um aprendizado que precisa ser feito. Países pouco democráticos como o Brasil estão ainda aprendendo a conviver com a democracia.

Hoje, no cenário em que vivemos, muitas pessoas têm assediado moralmente pessoas que defenderam Dilma, são contra o projeto Temer e defendem ou pertencem aos quadros do PT. Há uma tentativa de calar as pessoas que querem se opor ao que está acontecendo. Dizem: este não é assunto para uma aula, ou para uma festa, ou para um encontro científico. São tentativas de calar a oposição. Isto é assédio moral do ponto de vista da psicologia. Há que se ter coragem... buscando manter a ternura.

Em seu texto intitulado “A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores”, você afirma que: “a adolescência é vista como uma construção social com repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno e não como um período natural do desenvolvimento”. Estamos presenciando vários alunos de diferentes estados ocupando as escolas públicas, acontecimento inédito na história do Brasil. Você acredita que os adolescentes da contemporaneidade estão conseguindo fazer uma desconstrução social do que acreditávamos saber sobre a adolescência?

A adolescência se constitui a cada momento. Cada momento histórico, cada sociedade e cada cultura produzem adolescentes (ou não) diferentes. Podemos dizer mesmo que cada momento produz sujeitos que vivem (ou são necessários) naquele momento. Os adultos também são diferentes em diferentes momentos. Os adolescentes são, em geral, em nossa sociedade, desvalorizados. Não são tomados como parceiros sociais que, ao lado dos adultos, constroem o mundo em que vivemos. E eles são estes parceiros, mas não são significados deste modo. A tomada das escolas é um aviso: “estamos aqui e queremos construir a história e a sociedade em que vivemos. Queremos ter esse direito”. Em outros momentos na história da juventude isto também já aconteceu. Talvez o mais conhecido seja o movimento hippie e os caras pintadas no Brasil. Os jovens que estão ocupando as escolas estão fazendo uma linda demonstração de maturidade e compromisso. Eles não escolheram depredar as escolas e nem rasgar os livros. Ocuparam o que percebem como seu. A escola é para eles e, portanto, não pode acontecer à revelia do que esperam dela. Então, de certa forma, eu diria que você tem razão: estão questionando a concepção de adolescência e isto é muito bom, porque não podemos naturalizar a adolescência. Temos que acreditar que ela se constitui a cada momento. ■

Não consigo me concentrar...

Atualmente, a queixa de dificuldade de concentração tem se tornado muito comum entre os adultos, principalmente naqueles que estão envolvidos em períodos da vida de maiores exigências acadêmicas. É frequente encontrarmos relatos como: “não consigo ficar sentado por muito tempo”; “meu pensamento fica distraído facilmente”; “minha memória não fixa o que leio”; “adio muito as atividades que preciso fazer” etc. Indiscutivelmente, essas são queixas importantes, e que devem ser entendidas e avaliadas dentro do contexto da vida de cada um. Porém, infelizmente, o que vemos em contrapartida é a tentativa de contornar esses problemas com o

aumento indiscriminado do comportamento de automedicação com drogas psicoestimulantes, capazes de – aparentemente – aumentar a concentração. Um dos melhores exemplos disso é a famosa Ritalina®.

O uso de psicoestimulantes na psiquiatria é uma realidade e um recurso muito eficaz para tratamento de um transtorno muito conhecido: o Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, ou mais popularmente conhecido como TDAH. Assim, muitos adultos acreditam ser portadores dessa doença e por isso, atribuem os seus sintomas a ela.

O TDAH é uma doença que pode afetar a população adulta e seu tratamento com psicoestimulantes ou outras



DRA. GIOVANA JORGE GARCIA
Médica Psiquiatra (CRM-PR: 24.337/
RQE: 17.431), Doutora em Saúde
Mental pela FMRP-USP e docente do
curso de Medicina – UNICESUMAR.

modalidades de tratamento como a psicoterapia, torna-se necessário. Entretanto, esse é um transtorno que não se inicia na vida adulta e também não é comum nessa fase da vida. O transtorno inicia-se sempre na infância, e acompanha o indivíduo ao longo dos anos. É comum, na idade pré-escolar, predominarem os sintomas de hiperatividade/agitação e, ao longo da vida escolar, do início da adolescência e vida adulta, predominarem problemas como a desatenção e impulsividade. Adultos portadores de TDAH sofrem intensamente com a procrastinação, a desorganização, o mau aproveitamento do tempo disponível para as tarefas, a dificuldade de terminar tarefas longas e trabalhosas, envolvimento com o uso de substâncias psicoativas e podem ter prejuízos na vida pessoal e profissional.

Assim, frente a essa queixa comum envolvendo a concentração, uma avaliação psiquiátrica torna-se necessária, uma vez que esse sintoma não é sinônimo de TDAH e muitos outros problemas podem estar desencadeando essa dificuldade e precisam ser avaliados, tais como o estresse, a ansiedade, os problemas no sono, as alterações hormonais, a depressão, as algumas alterações neurológicas entre outros.

Ao contrário do que muitos pensam, o médico psiquiatra não deve ser procurado apenas em casos de depressão, ansiedade, bipolaridade... A Psiquiatria é a especialidade que lida com todas as formas de comportamento humano (inclusive com a dificuldade de concentração), levando em consideração aspectos biológicos, psicológicos e ambientais. A automedicação com o uso de psicoestimulantes parece ser uma solução imediata atraente, entretanto, traz apenas um adiamento da detecção precisa e do tratamento adequado, quando necessário, do real problema que está causando os sintomas. ■



Manifestação de Jornalistas - Rio de Janeiro - Ditadura - 1964
www.documentosrevelados.com.br

Maria Cristina Recco
psicóloga junguiana

Rua Néo Alves Martins, 3176, sala 72
Centro - Maringá-PR
(44) 3028.4828 | (44) 8802.1360

Formação de novo Grupo de Estudos de Psicologia Analítica, dentro da obra de Carl Gustav Jung

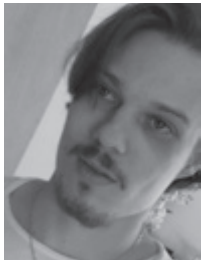
Primeiro Círculo de Mulheres do Sagrado Feminino

Diversos mini cursos, sendo o primeiro do I Ching (teoria e prática)

Interessados entrar em contato por telefone, WhatsApp ou Facebook.



VINICIUS ROMAGNOLLI R. GOMES
*Mestre em Psicologia [CRP 08/16521],
historiador, docente do curso de
Psicologia da Unicesumar.*



ANDRE LUIZ DANZMANN
*Professor de língua inglesa há
13 anos, formado em Letras e
pós-graduado em Metodologiaa
do Ensino da Língua Materna e
Estrangeira pela UEM. Possui
créditos no Mestrado em Literatura
Portuguesa também pela UEM.*

Nova York é daquelas cidades que aparecem em muitos filmes e parece algo irreal, como em Homem Aranha, mas, acredite, por mais que Hollywood crie a parte fictícia ela é tudo o que os filmes mostram e muito mais. É obrigatório visitar o American Museum of Natural History, o Zoológico do Bronx, a Estátua da Liberdade, o Central Park e subir no Empire State Building. Os seus mais de 380 metros dão uma vista única da cidade a um preço em acessível. Todos esses pontos turísticos podem ser acessados utilizando o metrô. Compre um passe único, que dura uma semana e custa por volta de 33 dólares. Pode andar quantas vezes quiser de metrô nesse período e até mesmo, quando necessário, pegar ônibus.

Em dezembro de 1908, Freud recebe o convite de Stanley Hall, presidente da Clark University, para proferir uma conferência em comemoração aos 20 anos da universidade. Hesitante de início, Freud aceita o convite por vê-lo como um primeiro reconhecimento oficial da psicanálise. Em agosto de 1909, Freud embarca com Jung e Ferenczi no transatlântico George Washington, chegando oito dias depois nos EUA, sendo recepcionados por E. Jones e A. Brill. Neste momento Freud teria dito “Não sabem que lhes estamos trazendo a peste”.

Nova York



Budapeste

Budapeste é aquele tipo de cidade típica medieval da Europa, pequena comparada as grandes capitais europeias, acessível, feita para visita a pé, mas que se o turista piscar perderá detalhes valiosos. A capital da Hungria, nome de livro de Chico Buarque, tem início da sua história no século I antes de Cristo e foi uma das vítimas da Segunda Guerra. Para quem for à bela cidade, visite a Ponte das Correntes, que foi bombardeada durante a Guerra, e o Museu do terror.

Capital da Hungria, Budapeste (uma dentre todas as províncias do Império Austro-Húngaro), era, possivelmente, a cidade mais próxima de Viena em termos de atmosfera intelectual. Em 1918, ela recebeu o V Congresso Internacional de Psicanálise com o tema das “neuroses de Guerra” tendo a participação não apenas de psicanalistas, mas também de representantes dos governos da Hungria, Áustria e Alemanha. Foi em Budapeste que o psicanalista húngaro Sándor Ferenczi (1873-1933), um dos mais íntimos colaboradores de Freud, viveu e faleceu.

O berço da civilização Europeia, Grécia, tem na sua capital, Atenas (habitada há mais de 3000 anos) todos os elementos necessários para entender a cultura clássica ao ar livre. O metrô acessível ajuda a chegar à região da Acrópole facilmente. Paternon, Praça Monastiraki e o Templo de Zeus são atrações obrigatórias e, claro, a gastronomia grega.

Freud visita Atenas em 1904 e resume tal viagem em um texto dirigido a seu amigo Romain Rolland chamado “Um distúrbio da memória na Acrópole” (1936). Freud diz que estar entre as ruínas dos templos na colina da acrópole foi pra ele um misto de felicidade e um sentimento de estupor ao perceber que aquilo condizia com o que ele havia aprendido na escola. Ricci (2005) aponta que Atenas é o emblema do inacreditável.

Atenas



Cidades de Freud — parte 2

Restaurantes, bares, bistrôs e confeitarias fazem de Milão uma cidade muito propícia à boa gastronomia. Conhecida também pela moda, essa cidade italiana é moderna, apesar de ter sido fundada sob o nome de Mediolano pelos insubres, um povo celta, há muito tempo. É uma cidade da arte, e que vale a visita devido aos inúmeros museus, igrejas e pinacotecas. O foco dos turistas que curtem história e arquitetura são os belos palácios, as grandes igrejas e os diversos monumentos.

Freud esteve em Milão em setembro de 1898 e por lá adquire uma cópia da obra do crítico de arte Giovanni Morelli (1816-1891) intitulada “Da pintura italiana”; podemos supor que ele tenha lido tal obra mesmo não dominando a língua italiana. Ricci (2005) aponta que as teses de Morelli levarão Freud a dedicar-se à arte e à biografia de grandes artistas como Leonardo da Vinci (1910) e o Moisés de Michelangelo (1914).

Milão



Londres

Londres. A capital inglesa é vasta e populosa. Muitas atrações de compras, museus e passeios. London Eye, o Parlamento, o relógio Big Ben, a Harold e o Palácio de Buckingham são pontos obrigatórios de visita. Seus mais de 12 milhões de habitantes oferecem uma variedade de sotaques do inglês que podem confundir até o melhor dos falantes do idioma. Como a libra é uma moeda valorizada, um simples cafezinho pode sair a 12 reais. Portanto, beba apreciando cada gota.

Freud chega a Londres para seu exílio, graças ao apoio e esforço de amigos e intelectuais, dentre os quais destaca-se a princesa Marie Bonaparte (1882-1962). A recepção do pai da psicanálise foi repleta de cordialidade e simpatia, sendo que os jornais diários anunciaram sua chegada com grande destaque. Freud teria dito que “pela primeira vez, no final da vida, aprendi o que significa a fama”. A casa onde Freud passou seu último ano e meio de vida continuou sendo residência de sua esposa, Martha, e de sua filha, Anna, até a morte desta em 1982, tendo a partir de então se transformado no Freud Museum.



INTERCÂMBIO?
WE CAN DO IT!

VIAJAR É BOM

(44) 3305-3662
Av. Rio Branco, 155
Zona 04 - Maringá - PR

(43) 3029-0203
Av. Ayrton Senna, 300
Gleba Palhano - Londrina - PR



GESTALT

Gestalt-terapia breve: princípios e horizontes



ÊNIO BRITO PINTO

Psicólogo (CRP 06/14675), é mestre e doutor em Ciência da Religião, e tem pós-doutorado em Psicologia Clínica. Gestalt-terapeuta, é coordenador do Instituto Gestalt de São Paulo e professor convidado de cursos de formação em Gestalt-terapia no Brasil. É autor, dentre outros, de "Psicoterapia de Curta Duração na Abordagem Gestáltica: Elementos para a prática clínica". Dr. Ênio já esteve em nossa cidade algumas vezes. Ele é professor convidado do curso de formação em G.T. da Escola Paranaense de Gestalt-terapia.

Um olhar transversal e histórico para a psicoterapia breve em nossa cultura mostra que seu campo é fértil e vive constante e consistente crescimento. Mostra também que ela é proveitoso meio de participação social para os psicoterapeutas.

A psicoterapia breve surge efetivamente no cenário mundial no ano de 1918 e tem seu primeiro congresso em 1941, nos EUA. Esse congresso marca uma passagem muito importante (e pouco conhecida) na história da psicologia, particularmente na história da psicanálise, pois mostra aperfeiçoamentos na psicoterapia que têm repercussões na própria psicanálise e, especialmente, compõem uma das influências para o surgimento das psicologias humanistas. Trata-se de uma mudança na compreensão do sofrimento humano e, por consequência, na psicoterapia, uma passagem da ênfase nos problemas internos para uma maior atenção para (e maior trabalho terapêutico com) as questões ligadas à intersubjetividade e ao mundo da vida cotidiana, o *Lebenswelt*. Em outros termos, há um movimento do centro do trabalho psicoterapêutico, que passa das pulsões às relações.

Essa mudança traz como principal consequência uma maior abertura da psicologia e da psicoterapia para a população, uma vez que a psicanálise clássica era praticamente restrita a uma elite. Hoje, tanto tempo depois, um dos principais efeitos não intencionais da mudança marcada também por aquele congresso é uma modificação da percepção social do trabalho psicoterapêutico – as pessoas foram se utilizando mais e mais do serviço de psicoterapia, e hoje praticamente já não a veem como um tratamento exclusivo para doentes mentais. A psicoterapia passou a fazer parte das possibilidades cotidianas da maioria das pessoas, independentemente da classe social.

Com essa popularização das psicoterapias e com as conquistas técnicas dessa arte psicológica, cada vez mais pessoas procuram ajuda e são atendidas antes que sua situação se torne grave a ponto de exigir um tratamento mais longo. Como muitas pessoas passaram a fazer, ao longo da vida, diversos processos terapêuticos, a maioria deles curtos, isso impôs para os profissionais a necessidade de desenvolver e aprimorar as técnicas e as estratégias da psicoterapia breve, pois uma terapia propositalmente breve é muito mais eficaz e útil do que terapias longas repetidamente descontinuadas unilateralmente pelo cliente. Some-se a isso as demandas de hospitais, serviços públicos, convênios médicos e clínicas de formação de terapeutas, e temos terreno propício e fértil para que mais e mais profissionais se debrucem sobre a teorização e a prática deste trabalho psicoterapêutico.

Com esse desenvolvimento, criaram-se diferentes estratégias para trabalhos breves, a maioria delas baseada na tríade compreensão diagnóstica, relação terapêutica e foco. Estas estratégias têm sido estudadas em diversos centros de pesquisa em todo o mundo ocidental, os quais propiciam ampliação de conhecimentos acerca dos métodos, das possibilidades e dos limites da psicoterapia breve.

Atualmente já temos provas suficientes de que a psicoterapia breve não é uma psicoterapia menor, pelo contrário. Não é menos profunda. Tampouco é panacéia. É um método de trabalho que é cada vez mais procurado e que se torna útil para um número maior de pessoas, ampliando o espectro terapêutico e preventivo da psicologia. É a terapia do futuro.

Dentre os vários aspectos que me fazem apontar a psicoterapia breve como um dos principais caminhos da psicoterapia no futuro, quero destacar brevemente três, os quais se somarão à queda do preconceito quanto às psicoterapias que comentei acima. Antes, quero só apontar que se se venceram preconceitos da população quanto à psicologia, entre os psicólogos ainda temos muitos preconceitos a vencer quanto à psicote-

rapia breve.

O primeiro desses três aspectos é a abrangência populacional possibilitada pela psicoterapia breve. Este modelo de psicoterapia permite que um psicoterapeuta atenda mais pessoas ao longo de sua vida profissional, com trabalho de qualidade. Permite ainda que pessoas de diferentes classes sociais tenham acesso à psicoterapia, uma vez que a psicoterapia breve é financeiramente mais barata (e com custo mais previsível) que a terapia sem tempo determinado.

O segundo aspecto é que a psicoterapia breve possibilita ao psicólogo uma maior inserção cultural, pois os aspectos preventivos dela são excepcionalmente relevantes. A utilização mais acessível deste trabalho e a maior informação sobre os limites e os alcances de um processo psicoterapêutico breve colocam o psicólogo com mais efetividade como um agente de saúde relevante para as comunidades humanas.

Por fim, a ampliação da possibilidade de se tratar com este tipo de psicoterapia questões profundas e complexas é uma das conquistas mais importantes dos desenvolvimentos de caminhos breves de psicoterapia nas mais diversas abordagens da psicologia. São inúmeros hoje os relatos de vivências de superação de entraves existenciais importantes por parte de clientes a partir de trabalhos de curta duração consistentes e bem fundamentados teoricamente, desenvolvidos por psicoterapeutas científica e eticamente cuidadosos.

Uma das abordagens que mais tem desenvolvido um consistente arcabouço teórico e prático para o exercício da psicoterapia breve é a Gestalt-terapia. Dentre outros aspectos, a ênfase da postura dialógica, a confiança na sabedoria do cliente, a concepção do ser humano como imerso em um campo que deve ser considerado em terapia, a compreensão do sofrimento e da psicopatologia como ajustamentos criativos, a preciosa atenção ao sentido dos sintomas vividos, são suportes fundamentais para que a Gestalt-terapia de Curta Duração seja um efetivo meio de ajuda à retomada do crescimento por parte do cliente num tempo relativamente curto.

É importante ressaltar que a ampliação do campo das psicoterapias breves não implica numa redução do campo das terapias sem prazo determinado, pois, como comentei, essa ampliação é fruto da ampliação do campo da própria psicologia. As psicoterapias breves são trabalho diferente das terapias longas, cada uma com clientela específica, indicações específicas, pertinência específica, limites e qualidades específicas. O campo do trabalho psicoterapêutico tem espaço para os dois modelos, ambos importantes para que os clientes consigam a ampliação da responsabilidade, da capacidade amorosa e do cuidado pessoal com o outro e com o mundo, metas últimas da atividade psicoterapêutica. ■

Dr. Cleto Rocha Pombo Fº
médico-psiquiatra-psicoterapeuta
CRM 19276

Av. Tiradentes, 1081
Centro Vascular João Belczak
44 3225-4965
Maringá - PR

Especialista em Psicoterapia USP-SP

Chierrito Feltros
ARTIGOS ARTESANAIS
(44)9889 6353

Adenor Leonardo Bacchi e a política no futebol



LEONARDO PESTILLO DE OLIVEIRA

Psicólogo e doutor em Psicologia Social-PUC/SP. Professor do curso de Psicologia e do Mestrado em Promoção da Saúde do UniCesumar.

O futebol brasileiro nos últimos anos tem passado por momentos complicados, seja dentro de campo, seja fora dele. Nem precisamos lembrar do tão famoso sete a um ocorrido na última edição da Copa do Mundo, o assunto é mais sério do que se imagina, principalmente porque o mal do futebol brasileiro se encontra justamente na sua organização como um todo. Organização essa, que se apresenta quase que incapaz de olhar para o início da carreira de centenas de atletas jovens que poderiam se desenvolver e inspirar outros jovens pelo Brasil e pelo mundo.

Para quem acompanha o noticiário esportivo é fácil perceber os reais problemas. Uma entidade como a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), entidade máxima do futebol no Brasil, teve um presidente que permaneceu no cargo de janeiro de 1989 a março de 2012, um longo período. Seu sucessor teve um mandato mais curto, de 2012 a 2015, mas com um currículo um pouco mais político: vereador, deputado

estadual e ex-governador de São Paulo no período do regime militar, viu-se obrigado a deixar o cargo, pois foi banido de qualquer atividade relacionada ao futebol pela FIFA. Após prisão ocorrida na Suíça, hoje vive em prisão domiciliar nos EUA.

No ano seguinte à Copa do Mundo de 2014, um novo presidente assumiu a CBF com o objetivo de melhorar a imagem do futebol brasileiro. No entanto, desde maio de 2015, este mesmo presidente tem receio de deixar o Brasil, pois também pode ser preso, assim como seu antecessor acusado de corrupção. O atual presidente da CBF sofre de rejeição popular desde quando assumiu, e, no final de 2015, um manifesto pedindo sua renúncia foi assinado por centenas de personalidades brasileiras, incluindo técnicos, atletas, artistas e jornalistas.

Adenor Leonardo Bacchi está entre os técnicos que assinaram o manifesto contra o atual presidente da CBF, uma figura importante para o futebol brasileiro, por diversos motivos, não apenas profissionais. Mas é

do ponto de vista profissional que ele tem chamado a atenção, principalmente em 2016, ano em que sua posição contra o presidente da CBF foi muito questionada. Por quê? Caso você, leitor, não tenha reconhecido, o único nome citado neste texto foi justamente o de Adenor, sim ele mesmo, mais conhecido como Tite, responsável por “apagar” dos noticiários esportivos tudo isso que acabei de citar, pois é, até o momento, o responsável por fazer a emoção falar mais alto do que a razão quando o assunto é Seleção Brasileira de Futebol. Após apenas quatro partidas à frente da equipe, mudou a perspectiva de possível não classificação para a Copa do Mundo de 2018, para a favorita a conquistar a primeira colocação.

Tite, o atual técnico da seleção brasileira, disse, em sua apresentação, que aceitou comandar a equipe porque “essa contribuição é o que melhor tenho a fazer” para o futebol brasileiro. Assim tem sido, assim esperamos. ■

FORMAÇÃO EM GESTALT-TERAPIA

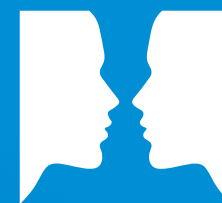
Coordenação geral

prof. Helen Messias Guzmán CRP: 08/04 449

TURMA – 2017

vagas limitadas

Venha participar de um curso de formação em Gestalt-terapia de referência nacional que acontece a cada 2 anos em Maringá, composto por um corpo docente que inclui professores (mestres, doutores e pós-doutores) que são autores renomados da Abordagem Gestáltica em nosso país. Você terá oportunidade de estudar diretamente com alguns dos mais respeitados escritores da Gestalt-terapia. Um curso com um corpo teórico muito bem estruturado, com aulas práticas e instrumentação fenomenológica de modo a favorecer ao aluno o estudo e a utilização da abordagem em seu trabalho cotidiano.



**ESCOLA PARANAENSE
DE GESTALT-TERAPIA**

As inscrições para a próxima turma já estão abertas. Os encontros são uma vez ao mês. Temos recebido alunos de Maringá, região vizinha e estado do Paraná. Venha, estamos te esperando! Vagas limitadas.

Para mais informações fale com nossa secretária pelos telefones ou via Whatsapp 44 3262 - 2530 ou 9874 - 2442 (13:30 às 17:30 hs)

Se necessário, agende horário com prof. Helen e tire suas dúvidas.

As políticas que praticamos no cotidiano

**TIAGO CORBISIER MATHEUS**

Doutor em Psicologia Social [CRP: 01/32191] pela PUC-SP, graduado em Filosofia pela USP, psicanalista membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professor do curso de Administração Pública e pesquisador do CEAPG da FGV-SP, e autor dos livros Ideais na Adolescência: falta [d]e perspectivas na virada do século (2002) e Adolescência: história e política do conceito na psicanálise (2007). Além da atividade clínica, pesquisa atualmente o tema da vulnerabilidade social da juventude residente na zona sul do Município de São Paulo

A psicologia se estabeleceu como ciência no final do século XIX, fruto de um processo de fragmentação do saber, que se dividiu em áreas do conhecimento específicas, cada qual com seu objeto de estudo e método próprios. A ciência, conjunto de saberes fundamentado no exercício da razão e sua prática, desde o século XVI assumiu o posto de verdade última no velho continente europeu, tomando assim o lugar da religião. Neste processo, coube a cada área do conhecimento, conforme seu campo de atuação, o desafio de desvendar os enigmas do mundo, a fim de realizar a utopia do humano: tornar-se o senhor do universo.

No caso da Psicologia, o desafio consistia em desvendar a mente humana e prever seu comportamento, a fim de alcançar a lógica que rege cada psiquismo em particular. Objeto de sua própria investigação, o ser humano foi estudado sobretudo a partir de sua condição individual, por vezes levando-se em conta sua relação com cada contexto e o histórico de sua formação. Várias correntes se formaram na constituição da Psicologia, cada qual trazendo um conjunto de hipóteses sobre a mente e o comportamento humanos. Cada uma delas almejava o lugar de saber legítimo e definitivo, disputando com as demais o estatuto de verdade última na área da Psicologia. As diferentes teorias e seus representantes também faziam parte do jogo político que caracterizava a história da ciência, de modo que cada uma sofreu transformações em seu corpo teórico em função dos embates enfrentados, pois frente às críticas formuladas pelas demais correntes de pensamento, conceitos

e hipóteses foram revistos, ampliados e reestruturados, o que tornou possível seu aprimoramento. A política, portanto, faz parte da própria formulação científica em sua história e estrutura conceitual. Humana, demasiadamente humana é cada produção científica, o que não lhe tira legitimidade, mas fundamenta sua determinação histórica e social. jogo político que caracterizava a história da ciência, de modo que cada uma sofreu transformações em seu corpo teórico em função dos embates enfrentados, pois frente às críticas formuladas pelas demais correntes de pensamento, conceitos e hipóteses foram revistos, ampliados e reestruturados, o que tornou possível seu aprimoramento. A política, portanto, faz parte da própria formulação científica em sua história e estrutura conceitual. Humana, demasiadamente humana é cada produção científica, o que não lhe tira legitimidade, mas fundamenta sua determinação histórica e social.

A perspectiva individual do humano foi a base também de muitas transformações sociais que ocorreram a partir do final da Idade Média, pois foi o fundamento a partir do qual a pirâmide social rígida da idade das trevas deu lugar a uma ordem social mais flexível, regida pela lógica do capital e pela hierarquia de poder que prevaleceu. Um dos marcos e efeitos desta história foi a Revolução Francesa (1789), que veio a difundir um conjunto de ideias que definiam novos parâmetros para a ordem social do mundo ocidental, condensados em três palavras: igualdade, fraternidade e liberdade. Cada indivíduo passou a ser visto como alguém portador de direitos e deveres, capacidades e particularidades. A visão do humano como ser racional, capaz de reger o seu destino, foi o fundamento tanto para a noção de individualidade (com a liberdade que cabe a cada um), quanto para a organização política que se formou como bandeira a partir de então: a ordem republicana (res pública, coisa pública), ideal que ganhou amplitude e difusão, mas não chegou a ser predominante nem no ocidente, nem no mundo, desde então. A liberdade conquistada (como maior circulação social) teve seu preço, sendo cerceada pelas amarras político-econômicas que cada realidade veio a trazer. A dimensão política é parte inerente a cada organização social em sua história, seja como tentativa de transformação das relações de força vigentes, seja como reafirmação de hierarquias dominantes, que se renovam e se impõem como lógica preponderante e supostamente necessária à sustentação de cada ordem social.

Portanto, a política faz parte tanto da história da Psicologia, da estrutura de pensamento que fundamenta cada saber sobre o humano, bem como de cada realidade social em particular. Não é possível pensar a condição humana sem considerar sua dimensão política e, se porventura trabalhamos com seres humanos, individualmente, nossa ação não deixa de ter implicações políticas, de modo deliberado ou não. Se supusermos que a realidade de cada pessoa se restringe a seu próprio querer, acabaremos por praticar uma política individualizante, contribuindo para a negação da dimensão política e social que acompanha a vida de cada um de nós.

Um sintoma social frequente nos dias atuais, que ilustra bem esta situação, é o modo como a ideia de carreira profissional é considerada no meio urbano, sobretudo nos segmentos privilegiados da sociedade, e o grau de angústia que este tema tem provocado entre tantos

profissionais. É recorrente a culpa que muitos experimentam ao atribuir-se a responsabilidade dos insucessos vividos e dificuldades enfrentadas, negando aspectos do contexto econômico e organizacional envolvidos. Numa cultura individualizante, obstáculos na carreira profissional são predominantemente percebidos como sinal de inabilidade ou de incompetência do próprio sujeito, que dirige para si a agressividade da tensão vivida. À medida que cada um tende a ver suas dificuldades numa perspectiva pessoal, as organizações e a ordem social como um todo ficam preservadas dos conflitos que a diferença de interesse entre os segmentos que as compõem possa produzir.

Do ponto de vista da singularidade do sujeito, cabe a pergunta sobre a posição que cada um assume diante de um dilema de maior ou menor amplitude social. É preciso uma escuta clínica cuidadosa para considerar tanto a dimensão da singularidade do sujeito, quanto da dimensão política e social também presentes em cada discurso, buscando recursos técnicos e manejos clínicos que permitam ao profissional manter presente esta dupla dimensão da existência humana. Quando trabalhamos como analistas, buscamos, em última instância, restituir ou potencializar a capacidade de ação do sujeito sobre sua realidade, conforme seu desejo e seu ideal, não o apaziguando, ao isolá-lo de sua própria realidade. Logo, é para restituir a potência política de cada sujeito que trabalhamos clinicamente e não para negar esta sua dimensão.

Constatamos que também dentro dos consultórios, lecionando ou atuando nos centros de saúde, conforme o entendimento que fazemos das angústias dos sujeitos que escutamos e da diretriz do trabalho que realizamos, nossa ação porta uma dimensão política, conforme o posicionamento que adotamos diante do jogo de forças que distribui posições para os diferentes sujeitos em cada contexto específico. Mesmo aquele que pretende se eximir de uma ação política em sua prática profissional, acaba adotando o posicionamento político que nega a política que o constitui e pratica. É como o eleitor que, ao votar em branco, pretende se abster do processo eleitoral, mas acaba contribuindo para o resultado final da votação. A dimensão política, num sentido amplo, está presente desde a forma de organização social, o campo de forças e disputas em cada organização, o corpo teórico de cada disciplina, bem como no modo como percebemos o mundo e como conduzimos nossas atividades profissionais.

Com maior tradição que a Psicologia entre os saberes humanos, a política é tema de debate desde a Grécia Antiga. Num sentido amplo, a política pode ser entendida como o campo de forças que rege cada coletividade, modo de organização de cada coletividade ou, num sentido específico, como propõe Rancière, é o instante ou movimento capaz de denunciar a desigualdade estabelecida entre os homens e reivindicar a condição de igualdade (da condição política) entre os homens. Este sentido específico de política parte da consideração de que não há posição neutra em relação às desigualdades sociais com as quais convivemos e palavras e atitudes também produzem efeitos políticos, contribuindo tanto para o fortalecimento de tais desigualdades, quanto para seu questionamento e reivindicação da igualdade. Esta perspectiva nos convoca a escutar a potência política das palavras e discursos, a fim de nos posicionarmos

ativamente a partir daí como profissionais ou como cidadãos políticos participantes da cena pública e da construção de nossa história coletiva.

Vejam algumas situações. Quando Freud se dispõe a escutar aquelas que se encontravam esquecidas nos hospitais psiquiátricos, atribuindo um suposto sentido às palavras das histéricas e a seus sintomas, o fundador da psicanálise promoveu uma ação política que transformou as instituições de saúde e o campo do conhecimento sobre a mente humana. Quando somos capazes de escutar aquilo que o próprio sujeito neurótico mantém velado ou negado em sua consciência, resgatando sua porção inquieta e o convocando a posicionar-se em sua realidade, estamos contribuindo para que tenha melhores condições de interferir em sua realidade conforme seus ideais, atuando assim de acordo com nossa ética de analistas.

Por outro lado, quando naturalizamos as desigualdades humanas, interpretando-as como fruto da meritocracia, que supostamente recompensaria aqueles que se destacam por seu próprio talento e esforço, quando supomos os indivíduos naturalmente mais ou menos capacitados para aprender, desenvolver-se e para tomar a palavra (algo presente no próprio texto freudiano), estamos contribuindo para a manutenção da hierarquia social vigente, consolidando as barreiras que separam os supostamente melhores dos demais, então desqualificados (cientificamente) e destituídos de reconhecimento social que lhes dê crédito para esperar mais de sua realidade do que ela lhes oferece. Quando assim agimos, se acompanhamos Rancière, não estamos praticando propriamente a política, pois praticamos um ato de polícia, ao reafirmar a desigualdade social e a lógica que a sustenta. Praticamos uma violência simbólica congruente à ação da força política, responsável pela sustentação da estrutura social hierárquica que caracteriza nossa realidade.

Apostamos na ação política que, cotidiana ou eventual, assume a função de promover a igualdade entre os humanos. Como exercício e provocação para pensarmos esta nossa realidade, alertamos: a situação está branca! Durante muito tempo usamos o termo negro de modo negativo, caracterizando como tal uma situação de crise e ameaça (a situação está negra!), falamos do mercado negro para tratar da condição de ilegalidade, de-negrimos alguém quando queremos desqualificar esta pessoa, como se tornar negro fosse sinônimo de falta de atributos positivos. Em contrapartida, quando dizemos que deu o branco em alguém, ou alguém passou em branco, isso quer dizer que houve uma lacuna, ausência ou suspensão de algo. Seria melhor, para descrever a situação dos dias atuais, marcados por uma crise de legitimidade política, pelo desemprego e pela recessão, dizer que a situação está branca! É uma provocação simpática, mais coerente com a cor identificada pela maioria dos ocupantes dos cargos de comando em nosso País, defensores de uma lógica que estabelece espaços distintos e segregados a serem ocupados por uns ou por outros, conforme sua posição em nossa pirâmide social. O exercício vale para considerarmos seriamente os sentidos que provocamos nos usos que fazemos das palavras, tantas vezes cegos aos efeitos de nossas falas. Se a política está em nosso cotidiano, cabe levarmos a psicanálise para trabalhar junto a ela. ■

COTIDIANO



Breve nota comportamentalista radical sobre a desigualdade

CHRISTIAN REIS

Acadêmico do 4º ano de Psicologia na UEM e membro do Instituto Psicologia em Foco.

A grande cena política atual do Brasil é preocupante. O atentado à democracia recentemente vivenciado pelo país organizou-se, majoritariamente, por meio de um processo político baseado em interpretações ideologicamente orientadas da Constituição, e uma mídia trabalhando em favor das elites financeiras.

No entanto, o que fica claro ao se lançar luz sobre alguns dos aspectos envolvidos na articulação da crise política nacional, é o fato de que, ao ser muito marcada pela desigualdade, passa a tomar contornos de opressão: grupos minoritários acabam sendo marginalizados e tachados como “incompatíveis” com o “desenvolvimento” da sociedade. Chauí (2016, p. 20) argumenta que a classe média “incorpora e propaga ideologicamente as formas autoritárias das relações sociais”. Em poucas palavras, essa propagação e naturalização da desigualdade revela-se perigosa, pois acaba por propiciar a legitimação de diversos posicionamentos opressores que, na maioria das vezes, recaem sobre as minorias sociais, que sofrem com pouca – ou nenhuma – representatividade na moldura da sociedade.

Nesta linha de raciocínio, a Análise do Comportamento, ciência psicológica orientada pela filosofia comportamentalista radical, posiciona-se de maneira a desmanchar absolutos e desfigurar fundamentalismos. Um dos principais pontos de dissidência filosófica entre o Comportamentalismo Radical e outras teorias de explicação do comportamento humano é a localização de sua causa: muitas teorias tradicionais posicionam a causa comportamental em uma dimensão interna das pessoas, que não é acessível e, portanto, também não é explicativa, visto que necessita, ela própria, de uma explicação (SKINNER, 1971).

Ao invés disso, o Comportamentalismo Radical parece se afastar do viés dualista que posiciona explicação no interior e comportamentos no exterior. De modo geral, o objetivo skinneriano é defender a compreensão do comportamento como produto de contingências de reforçamento, ou seja, todo e qualquer comportamento encontraria sua

explicação na relação entre indivíduo e mundo, sendo essa a ferramenta de análise mais apropriada para uma explicação científica do porquê organismos agem.

Dentre as razões pelas quais Skinner (1971) rechaça explicações de natureza mental, ou interna, estão problemas de cunho ético e político – as explicações tradicionais propõem um sujeito individual apartado do mundo em que vive e, por isso, imutável (SKINNER, 1971). Assim, a dignidade e o valor pessoais não teriam qualquer relação com o contexto em que se vive, pois seriam independentes das condições ambientais controladoras em que alguém se encontra.

No entanto, sabe-se que pessoas agem em um mundo que as cerca, e estão, constantemente, sendo influenciadas pelas consequências de suas próprias ações (SKINNER, 1957). Em outras palavras, humanos constroem o mundo e a realidade que os cerca, e não estão separados dela. O ponto chave, portanto, da crítica skinneriana à posição tradicional de entendimento humano, é que tal perspectiva inviabiliza horizontes de mudança social, endossa a meritocracia e engessa possibilidades de uma sociedade mais justa e igualitária, separando os indivíduos em sujeitos ajuizados de valor, tais como “bom” e “mau”, “trabalhador(a)” e “preguiçoso(a)” etc.

Ora, uma perspectiva filosófica comportamentalista radical que endossa uma visão de ser humano não absoluta, não embasada em princípios fundamentalistas, e despida de qualquer essência, talvez fosse uma forma coerente de se analisar a sociedade atual. Grupos minoritários, oprimidos pelo poder da mídia elitista e dominante poderiam passar a não serem tachados com estereótipos que denigrem a sua imagem e os afastam de um lugar mais digno e legítimo na sociedade.

São tempos difíceis, e é preciso ter cuidado com juízos de valor, moralismos fundamentais e absolutos. Para bom/boa entendedor/a, meia palavra basta: comportemo-nos em função uns/umas dos/das outros/outras. O mundo muda, e mudamos com ele. ■

AÇÃO SOCIAL



SIDNÉIA FERREIRA DE PAULO

Assistente Social, graduada em Serviço Social – Unicesumar 2014. Conselheira do Conselho Municipal da Mulher de Maringá – CMMM. Pós-graduada em Organização Educacional e a Gestão do Terceiro Setor; Gestão de Políticas Públicas e Intervenção Psicossocial no Contexto das Políticas Públicas – FCE Maringá.

Associação Indigenista – ASSINDI – Maringá, desde o ano 2000, oferece aos indígenas artesãos da etnia Kaingang, provenientes da Terra Indígena Ivaí, localizada no município de Manoel Ribas – PR, atendimento socioassistencial de defesa, assessoramento e garantia de direitos.

Diante disso, a entidade oferta-lhes abrigo temporário por um período de trinta dias, além de vestimentas, alimentação, realiza encaminhamentos para demais serviços da rede socioassistencial, além de cursos profissionalizantes, de qualificação do artesanato, entre outros.

Para a realização deste serviço a ASSINDI conta com uma parceria com o município de Maringá através da Secretaria de Assistência Social e Cidadania – SASC, via Edital de Inexigibilidade; e, além disso, conta também com o repasse mensal de 100 cestas básicas da Catedral Nossa Senhora da Glória e doações da comunidade local.

A Associação no ano de 2003 ampliou seu atendimento aos indígenas estudantes universitários, aprovados em vestibular específico, conforme a Lei nº13.134 de 18 de abril de 2001 do governo do Paraná, por meio, da oferta de moradia para os estudantes juntamente com suas famílias durante o período da graduação.

O Centro Social Mitangue Nhiri iniciou suas atividades no ano de 2012, destinando-se às crianças e adolescentes indígenas

filhos de artesãos e/ou universitários das etnias Guarani e Kaingang.

O objetivo desse atendimento é ofertar um espaço de convívio para as crianças e adolescentes indígenas por meio da realização de atividades lúdicas, recreação, valorização cultural, atividades socioeducativas, cuidados com a saúde, realização de oficinas, além da oferta do alojamento e três refeições diárias. Este projeto foi iniciativa vencedora do Prêmio Criança realizada pela Fundação Abrinq em 2014.

As necessidades sociais da população indígena do Posto Indígena Ivaí vêm crescendo, devido às áreas indígenas serem improdutivas e/ou insuficientes para prover o sustento, pois, no século XX possuíam 67.247 hectares de terras no Estado do Paraná e hoje são apenas 7.306 hectares. Diante disso, todos os aldeados vivem em migração temporária para realizarem as suas coletas, antes realizadas em suas reservas e, atualmente, no meio urbano de Maringá e muitas outras cidades do Estado do Paraná.

Associação Indigenista possui equipe técnica mínima interdisciplinar capacitada para atender as demandas existentes, composta por um assistente social, uma antropóloga, um oficineiro e três educadores sociais – sendo um bilingue em Kaingang – que atuam em prol da garantia intransigente de direitos e emancipação social dos indígenas atendidos. ■



Porque falar de feminismo



ELIANE OLIVEIRA

Mestre em Ciências Sociais pela UEM,
professora de sociologia, blogueira
na página Preta e Acadêmica.



Guerra de pichações - Rio de Janeiro - Ditadura - 1968
www.documentosrevelados.com.br

Que o feminismo é um dos movimentos que mais tem chamado à atenção nos últimos tempos, disso não restam dúvidas. As discussões suscitadas pelas pautas das mulheres têm fomentado grandes embates nos espaços virtuais e físicos, visto que ainda existem muitas pessoas que não conhecem, de fato, do que se trata a teoria e as práticas feministas.

A luta das mulheres por direitos e, mais especificamente, por políticas públicas de inclusão é histórica. Talvez o maior exemplo seja o movimento sufragista que buscava o direito ao voto. Esse movimento tem como contexto a Inglaterra em meados do séc. XIX e se relaciona a tomada de consciência das mulheres trabalhadoras das fábricas pós Revolução Industrial se espalhando para os EUA e restante do mundo. As mulheres trabalhadoras perceberam que para mudar suas condições de exploração intensa era necessário serem reconhecidas como portadoras de direitos políticos e também eleger representantes que fossem sensíveis a suas reivindicações.

Com o passar do tempo o movimento vai se formatando de acordo com as inúmeras pautas, e agrega a necessidade da luta por reconhecimento como bandeira legítima, visto que apenas alcançar o direito aos espaços públicos não é suficiente para sanar as múltiplas opressões que atingem as mulheres na modernidade. Enxergar o machismo, o racismo e a lgbtfobia como problemas sociais, que irão travar a

ascensão da mulher aos diferentes espaços, talvez seja o que mais tem causado embates quando o assunto é feminismo no mundo atual.

Por exemplo, quando se fala de aborto, a discussão não se reduz a políticas públicas de saúde e cuidado, ela se amplia ao direito ao corpo, sexualidade, concepção e contracepção. Dessa forma a pauta e o debate buscam desnaturalizar o papel da mulher na sociedade que segue, em pleno séc. XXI, o modelo patriarcal de família, em que o homem é figura central e a mulher precisa seguir normas e regras.

Nesse caso o corpo não lhe pertence, a mulher não possui autonomia para decidir sobre ele e a sociedade, dentro desses moldes, dá ao Estado e a igreja a legitimidade de decidir por ela. Então a discussão sobre o aborto não se restringe a decisão de levar adiante uma gravidez, mas também abre precedentes para o debate no que tange o desrespeito aos direitos naturais de todos os indivíduos: o direito a vida, a liberdade e a propriedade. Dessa forma, ser dona do próprio corpo e decidir sobre sua vida é algo que as mulheres ainda não conseguiram.

Hoje não se fala mais em feminismo, no singular, mas sim feminismos, pois as linhas teóricas e pautas se diversificaram e se discute a categoria mulher como construção social. O feminismo negro ganhou força por apontar como a garantia de participação nos espaços públicos não contempla todas as mulheres de

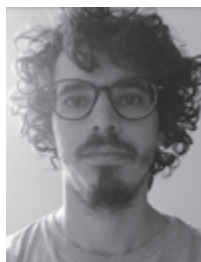
forma igual. Pois o racismo irá excluir a ascensão das pessoas negras dos mais diferentes espaços e, mesmo com reconhecimento de portadoras de direitos políticos, tais indivíduos continuam na luta por aquilo que é básico e que está na origem do movimento, como postos de trabalho e melhores salários, acesso a educação, direito a vida etc.

Na escala social as mulheres negras são as que ficam em última posição na situação de renda, são as que mais sofrem violência doméstica e as que mais morrem na sociedade brasileira. Dessa forma, a luta das mulheres negras não se distancia do feminismo como movimento global, mas pontua pautas distintas de opressões que se legitimam pelo racismo estrutural e institucional fincado na sociedade brasileira.

Falar de feminismo é falar de direitos, de distribuição de renda, de reconhecimento de violências e de toda sorte de opressões. A luta das mulheres é histórica e não deve ser reduzida ao que muitos desavisados gostam de propagar como “ódio aos homens”. É uma luta por igualdade, equidade e reconhecimento da diversidade. Falar de feminismo é dar voz a quem, por anos, esteve em posição de subalternidade e silenciamento. Aos homens que, realmente, amam mulheres, resta apenas apoiar, respeitar e abrir espaços nos espaços onde ainda vigoram o machismo, o sexismo e a misoginia. ■



CONEXÕES



TIAGO RAMOS

Mestre em Ciências Sociais (UEM), professor universitário e do ensino médio.

Escola sem pensamento

Tramita no Senado Federal o projeto que propõe incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, o programa “Escola sem Partido”. A proposta é resultado das mobilizações iniciadas em 2004 pelo movimento “Escola sem Partido”, idealizado pelo advogado Miguel Nagib. O movimento afirma que a educação pública brasileira promove práticas de doutrinação moral e ideológica de esquerda. Defende a tese de que o estado deveria impedir que professores realizassem essa “doutrinação”, e o objetivo seria garantir a supremacia das famílias na definição dos valores e conteúdos de caráter moral aos quais as crianças e jovens teriam acesso. A inevitável consequência é o retrocesso a uma educação bancária, limitada a transmissão de conteúdos pretensamente neutros e não ideológicos, ou seja, uma escola cujo papel seja o de reprodutora da ordem social vigente, sem questionamentos ou problematizações sobre a realidade.

A demanda apresentada pela proposta expressa o desejo de alguns grupos em construir uma escola limitada nas suas funções, uma escola que não promova a construção e descoberta de novas interpretações do mundo, impedindo com que os alunos possam entrar em contato com valores distintos daqueles professados no âmbito familiar, reduzindo a interação dos jovens com visões múltiplas e plurais da realidade. Uma escola pedagogicamente neutra é aquela que não desnaturaliza o cotidiano, que não avança na direção de produzir saberes críticos. Uma escola como essa é a negação do modelo educacional que temos hoje no país.

Sob a bandeira da luta contra a doutrinação, se oculta a criminalização do pensamento, e, mais do que isso, a criminalização da tentativa de qualquer aprofundamento dos valores caros a uma democracia madura, como o respeito a diversidade, o convívio com a pluralidade, e a busca por uma realidade menos desigual, menos segregada.

A proposta reaviva um modelo de educação comprovadamente ineficiente em produzir sujeitos autônomos, agentes transformadores da própria vida e da sociedade. É importante ressaltar que o movimento é uma reação diante dos resultados que, apesar das sofríveis condições ofertadas pelo poder público, a escola pública brasileira tem apresentando.

Resguardadas as devidas críticas fundamentais, é inegável que a escola pública brasileira exerceu papel fundamental na consolidação da nossa recente experiência democrática. A LDB de 1996, que tem como princípio básico a gestão democrática do

ensino, se esforça por criar um espaço escolar marcado pela pluralidade de abordagens, perspectivas e sujeitos. Esse marco legal fez da escola pública brasileira um espaço estratégico para a consolidação dos valores que sustentam hoje a nossa frágil, porém resistente, democracia.

Nos últimos anos o Brasil tem vivido um intenso ataque as instituições democráticas. O recente processo de impeachment, no qual um judiciário faccioso, associado a uma mídia golpista e a setores das elites rentistas e velhas oligarquias rurais, golpeou uma presidenta democraticamente eleita, levando ao poder um representante de uma agenda contrária aquela escolhida pelos cidadãos nas urnas; é só uma expressão de quão voraz pode ser a ira daqueles que se sentem os donos do poder e não medem esforços para fazer com que a máquina pública funcione a favor dos seus interesses e vontades. O projeto escola sem partido não foge dessa lógica, se apegando ao formalismo legal como argumento para cercear, criminalizar e impedir o desenvolvimento de uma esfera pública verdadeiramente democrática e plural.

A esse projeto se associa também outros com o mesmo caráter. Aqui cabe indicar a luta contra a “ideologia de gênero”, outro movimento que busca intervir no espaço escolar impedindo com que os professores possam debater questões de gênero em sala de aula.

O que busca o Escola sem Partido e a luta contra a Ideologia de Gênero é produzir uma escola sem pensamento (em outros termos, uma não-escola). Promovem assim uma espécie de eugenia ideológica, forçando a retirada da cena pública daquelas ideias ou pensamentos considerados indesejados, perturbadores que não se encaixam adequadamente na expectativa social.

É preciso esclarecer, portanto, que esses movimentos defendem uma visão do processo educativo esterilizada, limpa de qualquer caráter ideológico que possa entrar em conflito com os valores professados no âmbito da vida privada e familiar. Elemento esse suficiente para observarmos o caráter antidemocrático dessas propostas, pois luta pela sobreposição dos valores privados à ordem pública. A consequência mais grave de mobilizações como essas, é que pretende produzir uma ordem pública infértil – e aqui a escola é apenas a primeira instituição a ser atacada – da qual não se pode esperar nada além da reprodução inconstante de uma cegueira cognitiva. ■



CONEXÕES



JOSÉ VALDECÍ GRIGOLETO NETTO

Acadêmico do 5º ano de Psicologia (UNINGÁ), membro do IPF e membro do SPES – Grupo de Estudos em Suicídio – Maringá/PR.



GIOVANA KREUZ

Psicóloga pela PUC-PR (1999), Mestre Saúde Coletiva (UERJ), Doutoranda em Psicologia Clínica (PUC-SP/LELu). Coordenadora do SPES – grupo de estudos sobre suicídio em Maringá, colaboradora do Comitê de Prevenção e Posvenção do Suicídio da Secretaria Municipal de Saúde de Maringá e do CVV (Centro de Valorização da Vida).

Políticas públicas para o fim da vida



*Manifestação de estudantes - Ditadura - 1964
www.documentosrevelados.com.br*

A morte é um fenômeno inevitável do ciclo da vida, em que naturalmente morremos e, enquanto vivemos, enfrentamos perdas e, conseqüentemente, seus lutos. Mesmo assim, tememos a morte, e evitamos entrar em contato com aquilo que a representa, tal como o adoecimento, o envelhecimento e, principalmente, aprofundar o mergulho acerca deste conceito, pois, na prática, nada sabemos sobre “o depois”, ou aquilo que nos espera, como a finitude concreta, por exemplo (FRANCO e KREUZ, 2015).

Desta maneira, permanecemos na superficialidade da morte, tratamos do morrer na ficção e nos deparamos diariamente com a morte midiática, recoberta pela crueldade dolorosa dos assassinatos, catástrofes, acidentes fatais. No entanto, falar sobre a morte e o morrer, é tocar naquilo que foi culturalmente sendo menos falado, escondido, (des)ritualizado e transformado no tabu conforme compreendemos a morte na sociedade contemporânea – algo a ser vencido, combatido; em outras palavras, anular a morte seria uma espécie de vitória diante do impossível.

Anulamos a morte toda vez que combatemos uma doença e prolongamos o tempo de nossa existência; protegemo-nos de incidentes e acidentes buscando preservar a vida; tomamos decisões sensatas e organizamos nossos planos para uma “boa vida” pensando em driblar a morte. Tudo bem até então.

Acontece que, em situações específicas de nossas investidas para a manutenção e prolongamento da vida, pode não haver possibilidades de cura ou de prolongamento com qualidade, então, estabelece-se um difícil desafio bioético sobre vida/morte, que se desdobra em muitas perguntas: até quando prolongar artificialmente a vida humana? Estamos seguros sobre nossas decisões de final de vida? Já conversamos com nossas famílias sobre autonomia e diretivas antecipadas? Como serei cuidado, caso necessite de cuidados paliativos?

Entendemos que as pessoas possuem o direito de receber tratamentos dignos e cuidados especializados e humanizados durante toda a vida, intensificando clareza sobre os cuidados no final dela. Realisticamente, estamos muito despreparados para receber e tratar de pacientes que necessitam de controle efetivo de dor, pois ainda não dispomos de acesso garantido, e os mitos sobre dependência de opióides impedem muitas famílias de ministrarem as doses corretamente. Num ranking publicado pelo The Economist (2014) sobre a qualidade do morrer em 80 países no mundo, o Brasil ficou em 42º lugar, indicando que temos um longo caminho a percorrer para garantir cuidados paliativos aos brasileiros.

Como pontua Ana Claudia Quintana Arantes em seu recente livro *A Morte é um dia que vale a pena viver* (2016) “o processo de morrer pode ser muito doloroso para a

maioria das pessoas, principalmente por conta da falta de conhecimento e habilidade dos profissionais de saúde ao conduzir esse tempo sagrado da vida humana (p. 53)”, isto é, muitos profissionais de saúde não estão preparados para lidarem com a questão da morte, tornando-se impotentes frente ao ato de cuidar (e não de curar) daqueles que se encontram perto do fim da vida.

Desta maneira, falar em políticas públicas no fim da vida é discorrer acerca do tratamento que a pessoa recebe quando se encontra próxima da morte, como quando está com uma doença incurável. Assim, o cuidado digno e humanizado é o foco das políticas públicas para o fim da vida. Hoje, fala-se em cuidados paliativos, abordagem multiprofissional que busca promover o alívio do sofrimento às pessoas que se encontram com alguma doença que pode ocasionar na morte.

Nestes cuidados, o foco do tratamento deve imprescindivelmente incluir “o alívio do sofrimento, a compaixão pelo doente e seus familiares, o controle impecável dos sintomas e da dor, a busca pela autonomia e pela manutenção de uma vida ativa enquanto ela durar [...] Esses são alguns dos princípios dos Cuidados Paliativos que, finalmente, começam a ser reconhecidos em todas as esferas da sociedade brasileira”, segundo a Academia Nacional de Cuidados Paliativos (2009). ■

Casa e Escritório

Móveis e Acessórios

contato@casaeescritorio.com

www.casaeescritorio.com.br

Av. XV de Novembro, 1046
Maringá - Paraná - 87013-230
Fone (44) 3305-1800



Políticas de ações afirmativas no âmbito acadêmico: uma forma de reparo social e histórico

PAULO VITOR PALMA NAVASCONI

Psicólogo, militante negro e membro do coletivo Yalodê-Badá. Coordenador estadual da cadeira LGBT do Fórum Paranaense de Juventude Negra. Graduado pela UEM no ano de 2015. Mestrando em Subjetividade e práticas sociais na contemporaneidade na UEM. Membro do grupo de pesquisa "Deverso" em sexualidade, saúde e política.

Imagine que hoje seria seu primeiro dia na universidade que tanto desejou. Pois bem, este dia chegou, e você entra na classe para sua primeira aula. Ao entrar, se depara com seus colegas de turma. Agora imagine que a maioria das pessoas presentes neste espaço são brancas e de classe média. Agora imagine que o/a professor/a já está começando a aula, e por incrível que pareça ele/a também é branco/a.

Como você visualiza esta realidade? Surpreendeu-se? Ficou perplexo? Indiferente?

Infelizmente esta realidade não é mera imaginação, mas sim a realidade que se encontra presente no contexto brasileiro. Acredito que você, caro leitor ou leitora, poucas vezes – ou nunca – se perguntou por que este espaço é predominantemente branco e elitista. Tomamos como natural que espaços de poder, bem como espaços acadêmicos, por exemplo, passariam a ser espaços unicamente e exclusivamente transitados pela branquitude.

Agora, imaginemos o contrário. Você, caro leitor ou leitora, entra numa sala de aula composta por sua grande parcela de alunos/as brancos/as e você é negro/a. Muitas vezes isto não fará diferença nenhuma, mas aos poucos podemos perceber que as sutis diferenças que esse espaço apresenta começam a aparecer. O ambiente universitário, infelizmente, a todo o momento, deixa explícito que a presença de pessoas que destoam do padrão não é bem-vinda.

Mas qual a relação disto com ações afirmativas e mais especificamente cotas sociais e raciais?

De certo modo, é comum pessoas não entenderem que políticas de ações afirmativas, como por exemplo, cotas sociais e raciais, são direitos constituídos e, sim, como sendo um instrumento ilegítimo de facilitação de

entrada para estudantes menos capacitados/as, reforçando argumentos do senso comum contrários às cotas. Afinal, o ensino está aí basta querer e estudar não é mesmo? Infelizmente, muitos não só acreditam nestes discursos, como reproduzem essa ideia.

Neste sentido, é comum que algumas pessoas não entendam por que afirmamos que pessoas contra cotas raciais são racistas. Segundo Ribeiro (2015), há quem pense que racismo diz respeito somente a ofensas, injúrias, e não percebem o quanto vai muito mais além: se trata de um sistema de opressão que privilegia um grupo racial em detrimento de outro. Cota é uma modalidade de ação afirmativa que visa diminuir as distâncias, no caso das universidades, na educação superior. Mesmo sendo a maioria no Brasil, a população negra é muito pequena na academia. E por quê? Porque o racismo institucional impede a mobilidade social e o acesso da população negra a esses espaços.

Portanto, refiro-me às ações afirmativas, no Brasil, como políticas públicas que se destinam a corrigir uma história de desigualdades e desvantagens sofridas por um grupo etnicorracial frente a um Estado nacional que o discriminou negativamente. Devido a isso, o que motiva essas políticas é a ideia de que essas desigualdades tendem a se perpetuar caso o Estado continue utilizando os mesmos princípios considerados universalistas (mas que, na prática, favorecem só a alguns setores da sociedade) com que vem operando até agora na distribuição de recursos e oportunidades para as populações que contam com uma história secular de discriminação.

A desigualdade e a discriminação racial precisam



Ditadura - 1964
www.documentosrevelados.com.br

ser corrigidas, também, como políticas públicas, e não só como a ideia de que somos um paraíso racial, e que todos somos iguais, visto que infelizmente essa não é uma realidade e, sim, uma fantasia. Todavia, falar de cotas também é falar de investimento no ensino de base, haja visto que ambos são complementares; com isto, cotas não são pensão da previdência, mas sim medidas emergenciais e temporárias que devem existir até as distâncias diminuírem (RIBEIRO, 2015).

Para não nos prolongarmos, agora retornemos no jogo imaginativo e se a maioria da população negra é pobre e não se encontra nas universidades é por conta da herança escravocrata e por falta da criação de mecanismos efetivos de inclusão. Para isto, é fundamental compreendermos e entendermos a história e o contexto do qual encontramos-nos inseridos/as para entender porque, em uma turma de graduandos de psicologia, por exemplo, a sua grande maioria é composta por alunos/as brancos/as, e consequentemente, porque a psicologia brasileira se apresenta de modo majoritariamente branco. ■

CTC Veda
Clínica, Ensino e Pesquisa

CENTRO DE TERAPIA COGNITIVA VEDA | Clínica, Ensino e Pesquisa

PRESENTE EM CINCO UNIDADES PELO BRASIL

Todos os cursos reconhecidos pelo MEC

CURSOS

Especialização em Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) em Adultos

Especialização em TCC em Crianças e Adolescentes

Proficiência em Terapia Cognitivo Comportamental

Unidade Maringá: Especialização em Terapia Cognitivo Comportamental

Informações

44 3025.7832
ctcvedamaringa@gmail.com
www.ctcveda.com.br

Política e subjetivação



KARLA MARIANA FERNANDES GUIMARÃES

Psicóloga (CRP 08/15469), especialista em Psicanálise, mestre em Promoção da Saúde. Docente de Psicologia no Unicesumar.

Qual a implicação da política para a subjetividade? Para os gregos antigos existiam dois tipos de seres: Zoé e Biós. O primeiro faz referência a uma vida animalizada determinada à repetição natural; o segundo diz respeito à vida organizada pela linguagem, construtora do espaço social e político (FRANCISCO, 2007).

A civilização é constituinte da subjetividade, que se dá pela relação com outro ser humano mais maduro, repertório de referências para o infante e do qual ele pode rivalizar-se e separar-se, formando o “Eu”. A submissão desta à Lei simbólica é fator fundamental para a

ascensão ao Registro Simbólico.

Na atualidade, há uma ampla articulação discursiva em prol de negar as tradições colocando os discursos sociais normativos de condutas na fogueira. Todavia, ao mesmo tempo que os discursos sociais aprisionam, eles servem como referência para a subjetivação, pois dão condições para a revolta e criam a necessidade de se diferenciar - subjetivar-se. À medida que as proibições são desproibidas, as diferenças desdiferenciadas e, sobretudo, negadas, se extirpa a possibilidade da revolta contra a norma, e como consequência, há a dessubjetivação (LIPOVESTSKY, 2004; MAFRA, 2009).

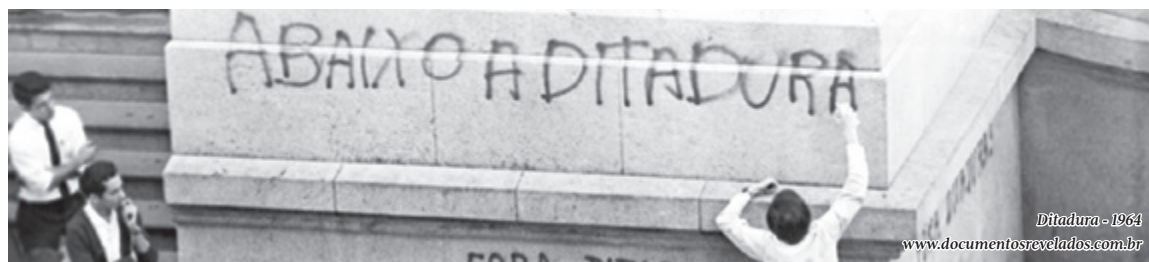
Diante do risco da normalização surge a necessidade de marcar a diferença. Não parece coincidência o aumento da discriminação violenta contra as minorias sociais; o aumento considerável da ultradireita na França; a segregação dos países europeus em relação à imigração; um candidato à presidência dos Estados Unidos que pretende impedir a imigração de algumas etnias; e que uma parcela considerável da

população brasileira esteja sugerindo um simpatizante da ditadura militar como um candidato a Presidência da República.

Em relação ao Brasil, há alguns aspectos históricos que tornam esse contexto mais complexo. O processo civilizatório produziu uma espécie de traumatismo na população em decorrência da violência exercida pelos colonizadores que a coisificaram para plena satisfação de seus caprichos. A lei dos colonizadores era seus caprichos e não a Lei Simbólica, o que impediu o enlace dos sujeitos ao Registro Simbólico, e ainda criou um certo desprezo às leis que organizam a vida das pessoas.

A carência simbólica parece ter feito com que as populações apelem desesperadamente ao Pai imaginário, que, ao invés de ser o portador da Lei, se encarna na figura de um ditador – Pai onipotente que oprime ou puni seus filhos conforme o seu arbítrio (FREUD, 1913; TEIXEIRA, 1991).

Destarte, a inibição das diferenças impede a subjetivação ao mesmo tempo que impede a entrada à condição Biós, ocasionando o risco do retorno à Horda Primitiva. ■



*Ditadura - 1964
www.documentosrevelados.com.br*

ALÉM DOS CONFLITOS COMUNS...

A adolescência é um período delicado e cheio de conflitos internos. É a preparação para a vida adulta, deixando de ser “dos pais” e se tornando “dono de si”. Essa passagem tende a ser natural, porém, em alguns casos, os conflitos se externam, causando estragos em suas relações familiares e sociais. Nesta situação, buscar ajuda especializada é fundamental para diferenciar os conflitos comuns do Transtorno Desafiador-Opositor.



www.essentia.med.br

Dr. Felipe Pinheiro de Figueiredo
CRM 31928 | RQE 17308/17215
Av. Tiradentes, 1.008 | Sl. 1604 | Maringá - PR
contato@essentia.med.br | 44 3346-9222



essentia
Clínica de Psiquiatria

A dimensão clínico-política da psicanálise nas instituições

Em “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, Freud (1921) afirmava que uma oposição entre psicologia individual e social ou de grupo perde sustentação quando analisada mais de perto, pois “toda psicologia individual (...) é, ao mesmo tempo, psicologia social”.

Contrariamente ao que muitas críticas apontam, a psicanálise não deve ser considerada uma prática individualista ou elitista, pois encontramos hoje inúmeros psicanalistas que sustentam sua prática nas diversas instituições e organizações. Não se trata, portanto, de estabelecer fronteiras entre o individual e o social, o público e o privado, a clínica e a política, mas devemos pensar sobre suas modalidades de relação e em como sustentar a ética da psicanálise fora dos consultórios tradicionais.

Lacan (1967/2003) propôs 2 termos: psicanálise em intenção e psicanálise em extensão, para apontar com o segundo termo a presença da psicanálise em campos diversos da clínica tradicional e nos lembrar que presentificar a psicanálise no mundo é presentificar a ética do desejo no laço social.

No Seminário sobre “A Ética”, Lacan (1960/1997) opõe a ética do desejo à moral do poder ou do que ele chama de serviço dos bens. A política é o campo do exercício do poder, em que através do serviço dos bens se administra a ilusão da existência de bens que poderiam satisfazer o desejo, o que traz consigo a rivalidade e a disputa. A ética do desejo, em oposição, implica admitir a castração, a falta do objeto que traria satisfação plena.

As instituições, de um modo geral, sustentam em seu posicionamento a cura e a preocupação pedagógica, que se encontram a serviço dos bens. Especialmente na área da saúde mental, a prática dos profissionais gira em torno do discurso do bem-estar, de proporcionar harmonia, equilíbrio e estabilidade aos usuários dos serviços, que, por sua vez, buscam eliminar conflitos e sofrimentos e expressam sua demanda de conquistar uma saúde plena.

Contudo, desde o início de sua obra, Freud (1895/1987) já considerava que a psicanálise encaminhava o homem para outra direção que não seria a exclusão total de conflitos. E Lacan (1959/1991) afirmava que o psicanalista não pode responder à demanda de felicidade apresentada pelos pacientes pelo simples motivo de que ela pressupõe a existência

de um bem supremo e, do ponto de vista psicanalítico, o bem supremo não existe.

Como é possível, então, realizar um trabalho psicanalítico nas instituições sustentado na ética da psicanálise, do “bem-dizer”, em oposição ao “fazer o bem”?

A psicanálise, em seu ato analítico, aponta sempre para a castração e a ordem do impossível que cabe a cada sujeito suportar. Na intervenção da psicanálise em extensão, cabe ao psicanalista apontar o impossível em jogo no laço social, seja no ato de “governar, educar ou psicanalisar” como nos ensinou Freud, sobre as missões impossíveis.

Exercer a práxis psicanalítica, seja na clínica ou nas instituições, como prática do impossível é aceitar que o resultado é sempre limitado, contingente, insatisfatório quando comparado ao ideal. A lógica do “não-todo” implica reconhecer que é o vazio que nos governa, vazio introduzido pela linguagem e que organiza a irredutível diferença de lugares e a falta que causa o desejar.

Miriam Dibieux Rosa (2012) nomeia como abordagem clínico-política as intervenções junto aos sujeitos e às instituições que favoreçam modos de resistência à instrumentalização social do gozo e à manipulação da vida e da morte no campo social. Visa, ao avesso dos discursos hegemônicos e dos mecanismos de individualização, criminalização e patologização por eles produzidos, rompendo silêncios e processos de mortificação dos sujeitos.

A prática clínico-política ocorre em contextos nada tradicionais do ponto de vista da clínica psicanalítica: em atividades grupais, em oficinas, nas intervenções institucionais, nas reuniões de equipe, na articulação de redes de atenção etc. Presença e palavra que colocam o analista num lugar de “exceção”, onde a escuta comparece como testemunho, resgate da memória e possibilidade de simbolização de vivências.

Pois, é necessário devolver a dignidade do significante, nas palavras de Alfredo Jerusalinsky (2016), que finque suas bases na reconstituição do laço social onde possam circular as palavras e os afetos. Via que abre espaço para “o pouco de liberdade”, para a autonomia e o ato criativo. E que cada sujeito possa, ao seu modo singular e particular, sustentar sua existência no universo coletivo. ■



MARTA DALLA TORRE

Psicanalista, Membro fundador do Ato Analítico-Clinica e Transmissão de Psicanálise e da Letra-Associação de Psicanálise, atuou em Unidade Básica de Saúde, CAPS II, e atualmente no CAPSi/Secretaria de Saúde de Maringá; supervisora clínica e institucional, ministra Grupos de Estudos e cursos de capacitação; exerce a clínica psicanalítica no atendimento a criança, adolescente e adulto.



VALÉRIA CODATO ANTONIO SILVA

Psicanalista; Membro Fundador do Ato Analítico, Clínica e Transmissão em Psicanálise e da Letra-Associação de Psicanálise, Mestre em Psicologia (UEM); docente de cursos de pós-graduação; atuou no Sistema Penitenciário do Paraná e atualmente na Coordenação Regional de Saúde Mental da 15ª RS; exerce a clínica psicanalítica no atendimento de adolescentes e adultos; Supervisora Clínica e coordenadora de Grupos de Estudos.



Ditadura - 1964
www.documentosrevelados.com.br

Rolfing
Brasil
integração estrutural

Rolfing é um sistema de reestruturação corporal e educação do movimento no qual o profissional manipula o tecido conjuntivo que envolve e conecta nossos músculos e ossos (chamado fáscia), liberando as tensões existentes em segmentos corporais como pés, pernas, quadris, tórax, pescoço e cabeça, realinhando-os à gravidade.

Com Rolfing o corpo ganha equilíbrio e não precisa gastar tanta energia para realizar movimentos básicos como manter-se em pé ou caminhar.

A sensação de totalidade adquirida com o Rolfing também contribui para a evolução pessoal, na medida em que estimula o autoconhecimento.

José Henrique Bronze Dias
Rolfista Estrutural e Movimento
rolfingmaringa@gmail.com
Maringá (44) 3031-2280 / 9973-3905
Londrina (43) 9617-6600

AGENDA



EPPM

Escola de Psicoterapia Psicanalítica de Maringá

Para 2017

Curso de Especialização em Psicoterapia Psicanalítica Contemporânea

O curso de Especialização em Psicoterapia Psicanalítica Contemporânea oportuniza o conhecimento das teorias de autores como Freud, Klein, Bion e Winnicott junto dos aportes de autores contemporâneos que permitem o aperfeiçoamento do diagnóstico e da técnica. As aulas são ministradas por professores brasileiros e estrangeiros.

Desde a Clínica À Teoria

Prof. Dr. Carlos Nemirovsky, psiquiatra e psicanalista argentino (APdeBA - IPA). Serão trabalhados casos clínicos de: Freud, Ferenczi, Bowlby, Winnicott, Kohut e McDougall a partir de uma leitura contemporânea: o enfoque intersubjetivo.

Este curso será realizado por videoconferência com tradução.

Periodicidade mensal, às quartas-feiras, das 19h às 22h.

Formação em Psicanálise de Casal e Família

Curso ministrado por grupo de psicanalistas argentinos que se encontram entre os máximos expoentes mundiais desta área.

1º Ano: bases da psicanálise das configurações vinculares; 2º Ano: psicanálise de casal - teoria e técnica; 3º Ano: psicanálise de família - teoria e técnica.

Formação destinada a psicólogos, médicos, assistentes sociais e pedagogos.

Este curso será realizado por videoconferência com tradução.

Periodicidade mensal, aos sábados, das 08h às 12h.

**Maiores informações pelo fone (44) 3227-0252
ou pelo site <http://www.eppm.com.br>**

Diretora Geral da EPPM - Juana Ester Kogan CRP 08/04.388.



Oficina do Saber:
**emoções em vygotsky/
nas perversões**

Horário: 09h00 – 12h00

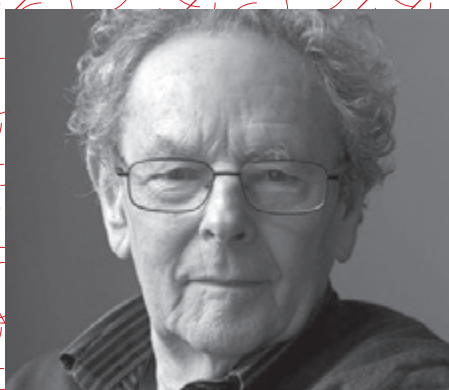
As Emoções nas Perversões

Palestrante: Jaqueline Feltrin Inada
Psicóloga pela UEM e mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNESP. Doutoranda em Psicologia Clínica pela PUC de São Paulo. Atualmente é professora da FCV e do UniCesumar e coordenadora do curso de pós-graduação lato sensu em nível de especialização em Saúde Mental, Psicopatologias e Atenção Psicossocial no UniCesumar.

As Emoções em Vygotsky

Palestrante: Leandro Carmo de Souza

Possui, pela UEM, graduação em Psicologia (2005-2009), especialização em Teoria Histórico-Cultural (2010-2011) e mestrado em Psicologia (2011-2013). Atua como psicólogo na Secretaria de Saúde do município de Maringá e como professor de Psicologia pela UniCesumar.



VOCÊ SABIA?

Emoção x Sentimento

O psicólogo holandês Nico Frijda (1927-2015), em sua obra "The laws of emotion", investiga as regras que regem as emoções. Segundo o autor, algumas emoções são biologicamente herdadas, tal como o medo. Outras, porém, são resposta aos nossos pensamentos e têm origem cognitiva, podendo até serem definidas culturalmente, como é o caso da

indignação e da humilhação. O autor ainda estabelece uma distinção entre emoção e sentimento, sendo que a primeira não poderia ser controlada, surgindo espontaneamente e impondo sensações físicas, enquanto a segunda seria uma interpretação das emoções, tendo elementos conscientes.



INTERCÂMBIO PARA ADULTOS

DIFERENTE DO QUE MUITA GENTE IMAGINA, O INTERCÂMBIO NÃO É SÓ COISA DE JOVEM. MUITO MENOS QUE SERVE "APENAS" PARA ESTUDAR OU APRENDER UM NOVO IDIOMA. EXISTEM DIVERSOS PROGRAMAS E DESTINOS COM FOCO NO PÚBLICO ADULTO, ONDE VOCÊ PODE SE INSERIR NA CULTURA LOCAL, CONTRIBUIR COM A SOCIEDADE E ATÉ ADQUIRIR CONHECIMENTO PROFISSIONAL.

VIVA UMA EXPERIÊNCIA QUE PODE MUDAR A SUA VIDA.
VIVA UMA EXPERIÊNCIA ICI.



**CURSOS
DE IDIOMA**



VOLUNTARIADO



**TÉCNICO OU
PROFISSIONALIZANTE**



**COLOCAÇÃO
UNIVERSITÁRIA**



MBA / PÓS



**EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA**

(44) 3305-3662

Av. Rio Branco, 155 - Zona 04 - Maringá - PR

(43) 3029-0203

Av. Ayrton Senna, 300 - Gleba Palhano - Londrina - PR

